

Resistência escrava no Brasil: raízes e roteiros de algumas discussões recentes

Marcus J. M. de Carvalho

História, Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

Todo trabalho científico tem uma história, que pode seguir um caminho tortuoso apesar de todo o rigor e disciplina exigidos pela pesquisa. Os avanços e recuos respondem tanto às dúvidas da comunidade científica, quanto às pressões externas, advindas da sociedade como um todo, do aparato estatal, e das instituições produtoras/financiadoras de ciência. O objetivo desta comunicação é discutir o processo ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980 que levou a uma gradual mudança nos paradigmas que então norteavam os estudos sobre a escravidão no Brasil. Como sempre acontece nas Ciências Sociais, foram vários os pontos de partida. Entre as influências mais visíveis na literatura do final dos anos noventa, algumas merecem atenção especial: 1) o desenvolvimento de uma bem fundamentada crítica à visão de Gilberto Freyre, que começou a ser seriamente combatida já nos anos cinqüenta; 2) a influência da literatura internacional sobre o escravismo, cada vez maior depois dos anos setenta; 3) os avanços do Movimento Negro e da luta pela democracia no Brasil após o golpe de 1964; 4) a consolidação das pós-graduações em História entre as décadas de 70 e 90. Não há aqui uma hierarquia inescapável entre esses pontos de partida, que formam um feixe, onde cada ramo tem sua importância e enleando-se com os demais. Os percursos traçados terminam se encontrando através de veredas, mais ou menos sutis conforme o caso. Essas novas perspectivas analíticas contribuíram para uma melhor compreensão da nossa história. Ficou melhor conhecido o contexto onde a resistência era exercida, e sobre o qual ela atuava. Mas há alguns alicerces comuns. Trabalhos não tão antigos, mas que já são clássicos. Assim, se é praticamente impossível hierarquizar influências é perfeitamente viável periodizar os passos da historiografia que resultaram nos eixos temáticos dominantes nos anos 90.

Foi Clóvis Moura quem abriu a trilha que levaria à insurreição generalizada contra a tese da democracia racial ao explicitar a violência inerente ao sistema escravista. A Escola Paulista de Sociologia consolidou a crítica entre as décadas de 1950 e 1970, quando Florestan Fernandes e seus discípulos demonstraram que, após a abolição, permaneceu um enorme vão social entre a população branca e a negra. O racismo continuou sendo um instrumento de exclusão a serviço da dominação no capitalismo dependente, mesmo estando relativamente diluído nos mecanismos da luta de classes. A partir da realidade contemporânea, portanto, foi questionada a tese da democracia racial e da tendência à harmonia relativa na relação senhor-escravo.

Aberta a trilha, muitos estudos foram feitos, principalmente depois do golpe de 1964, que teve um tremendo impacto no meio acadêmico. Muita gente foi tomada de surpresa, não apenas pelo evento em si mas pela durabilidade dos governos militares. Os cientistas sociais viram-se obrigados a reavaliar as raízes do autoritarismo do Brasil, que provaram ser muito mais sólidas do que se pensava. Os teóricos marxistas foram mais longe nessa preocupação. Ficou claro que uma das chaves para a compreensão do fracasso da democracia representativa no país estava na análise do escravismo: o berço de ouro e

sangue da configuração de classes, do ordenamento jurídico e das idéias que buscavam legitimar essa estrutura. O debate sobre os modos de produção deu assim uma enorme contribuição para o assunto, não apenas porque permitiu o aprimoramento dos instrumentos teóricos empregados pelo meio acadêmico, mas também porque encorajou toda uma geração a pensar a escravidão numa perspectiva mais ampla. Com os estudos de Ciro Cardoso, Jacob Gorender, Antônio Barros de Castro e outros, o escravismo deixava definitivamente de ser considerado apenas um deslize cruel em nossa história, para tornar-se um dado explicativo fundamental do presente. De acordo com esta escola, o modo de produção escravista gerou o processo de acumulação primitiva sobre o qual se implantaria o capitalismo no Brasil. Vale salientar que foi Ciro Cardoso, ao se preocupar em definir a economia escrava nas Américas, quem começou seriamente uma abordagem comparativa sobre este tema, à margem do enfoque culturalista de Freyre.

O debate sobre os modos de produção todavia terminou se exaurindo, quando começou a deixar de ser apenas um modelo explicativo, passando a ser empregado por alguns como uma fórmula quase mágica para solucionar qualquer questão. Houve gente que, ao se deparar com algum problema histórico concreto, ao invés de pesquisar mais para resolver a questão, buscava soluções simplistas, esque-máticas, sacramentadas por uma idéia de História na qual o futuro (o capitalismo e depois o socialismo) já estava previamente definido. Assim quase tudo se resolvia por causa de “necessidades históricas”, de “sobredeterminações estruturais” e de outras tantas fórmulas que se auto-explicavam circularmente. Marxistas de primeira linha criticavam estas posições, mas foi difícil conter a enxurrada de trabalhos deste tipo que apareceram nos anos 70-80, já datados e esquecidos no momento em que eram lançados.

A História segue também a lógica do desafio-resposta e uma dialética na qual cada idéia gera o seu oposto. O surgimento de novas evidências, e conseqüente acúmulo de conhecimentos também induzem à mudança dos paradigmas. E, sejamos sinceros, cada nova geração profissional tem que fazer também sua carreira, sobreviver, e a melhor maneira de justificar o emprego, é rebelando-se contra os antigos mestres, rotulando-os de tradicionais ou qualquer coisa assim. Legítimos ou ilegítimos os motivos, pouco a pouco foram sendo contestadas as propostas dos teóricos dos modos de produção e da escola sociológica de São Paulo. Mas para se chegar lá, bebeu-se em várias fontes. A primeira delas: os desdobramentos concretos das lutas raciais no Brasil e no mundo. Ficou claro pelo que acontecia na América do Norte, na África do Sul e mesmo nos países socialistas, que o problema do preconceito racial não deveria ser necessariamente submetido à análise de classes, ou do capitalismo dependente, como se fosse um fenômeno extremamente secundário. A explosão das lutas raciais, nos anos 60 a 80, demonstraram que o racismo e o multiculturalismo eram assuntos hodiernos, cuja discussão não havia se esgotado. No Brasil, em pleno governo militar, o movimento negro também crescia. Só que não encontrava o respaldo esperado dos partidos de esquerda tradicionais, crentes que o socialismo, quando viesse, resolveria tudo. Estimulada por esses mesmos acontecimentos, a literatura internacional sobre o escravismo e as relações raciais no Caribe, na América do Norte e na África também se renovou, contribuindo para abalar o edifício de fórmulas prontas das Ciências Sociais brasileiras dos anos 60 e 70.

Essa insatisfação com os paradigmas então em voga, levou muitos historiadores entre a metade dos anos setenta e os anos oitenta a voltarem para os arquivos. É curioso notar que, em parte, essa reação à ditadura do paradigma pronto foi uma influência dos chamados “brazilianistas”, cujos estudos baseados em pesquisas exaustivas em arquivos brasileiros, revelaram uma série de aspectos de nossa história antes pouco explorados. Alguns desses trabalhos tiveram enorme influência nos estudos da escravidão. Aliás já fazia tempo, que os estrangeiros haviam dado contribuições substantivas à temática. Roger Bastide abriu um leque de possibilidades com seu clássico estudo sobre as religiões africanas no Brasil. Stanley Stein praticamente lançou um gênero de História Agrária no Brasil que deixaria escola, inclusive entre outros brazilianistas como Warren Dean, Peter Eisenberg, Richard Graham, Eul-Soo Pang, Stuart Schwartz, historiadores que se debruçaram sobre inventários e fontes primárias diversas tratando dos grandes latifúndios brasileiros, revelando como funcionava a economia agrária escravista. Esses estudos demonstraram a enorme racionalidade e a dureza do sistema, derrubando definitivamente a visão idílica proposta por Gilberto Freyre, objeto de ironias de Carl Degler, Thomas Skidmore e outros. Mesmo reconhecendo a enorme importância dele para o entendimento da sociedade brasileira, ficou evidenciado que o latifúndio era excludente, que os escravos morriam cedo, trabalhavam muito e dificilmente ascendiam mesmo quando libertos, uma possibilidade remota em suas vidas.

Alguns outros brazilianistas também deram contribuições relevantes para a compreensão do escravismo. Robert Conrad e Robert Toplin descreveram de forma exaustiva as disputas político-partidárias durante o processo emancipacionista, apontando ainda como a questão regional influenciou no resultado final. Herbert Klein, Leslie Bethell e Pierre Verger contribuíram para revelar os mecanismos do tráfico atlântico de escravos, mostrando claramente as dimensões daquele comércio e como se formaram as grandes fortunas no século XIX, somando assim aos trabalhos clássicos de José Honório Rodrigues e Maurício Goulart sobre o assunto.

Mas a propagação de uma abordagem crítica e renovadora não teria sido possível sem a consolidação das pós-graduações, das associações profissionais, como a ANPUH, a ANPOCS, a SBPH, e o surgimento de núcleos de estudos sobre o negro e a escravidão, processos maturados entre os anos 1970/80. Como há muito ensinou Thomas Kuhn, todos os movimentos científicos precisam de mecanismos de propagação, repassando para a geração mais jovem os resultados dos desafios enfrentados pelos mestres. Onde não havia pós-graduações, elas foram criadas. Os departamentos de História encheram-se de estudantes. Muita gente começou carreira nas Universidades Públicas, que cresceram muito durante os governos militares. Inúmeras teses e dissertações foram defendidas (embora seja lamentável que apenas uma parcela delas tenha sido publicada). Uma grande diversidade de fontes foi transcrita e disponibilizada. Além das que já existiam, apareceram outras revistas especializadas, com uma miríade de artigos que somavam às teses maiores, mostrando detalhes pouco percebidos, apontando problemas que antes não eram abordados. Nos encontros de História, os debates aconteciam. Nem tudo o que era dito constava dos anais. Ainda não havia se implantado no meio acadêmico essa exigência. Mas mesmo quem não publicava participava da discussão (quem não teve um professor excelente que não deixou obra escrita?) Idéias originalmente avançadas por Carlos Guilherme Mota, Ciro Cardoso, Emília Viotti da Costa, Fernando Novais, Jacob Gorender, Katia Mattoso, Maurício

Goulart, Peter Eisenberg, Robert Slenes, Robert Conrad, Suely Robles Reis de Queiroz e outros serviram de mote para inúmeros trabalhos, cada um a seu modo revelando mais alguma coisa sobre mais alguma par-te e época do imenso e tricentenário Brasil escravista. Olhando da perspectiva do ano 2000, tem tanta coisa relevante publicada nos últimos 25 anos nessas revistas e/ou teses e dissertações que seria injusto citar um ou outro autor, deixando os de-mais de lado.

Uma das grandes novidades dos anos 1970/80 foi a proliferação de estudos demográficos sobre várias partes do Brasil, como o de Roberto Martins, Pedro Carvalho de Melo, entre outros. Robert Slenes, numa tese de Doutorado ainda inédita, mas que teve várias partes publicadas em forma de artigos, analisou a população escrava brasileira na segunda metade do século passado. Examinando fontes diversas, conseguiu chegar a aproximações da população escrava em várias províncias. Calculou ainda a taxa de manumissão, mostrando que apenas 6 em cada mil escravos chegavam efetivamente a serem alforriados. Elaborou ainda preciosas tabelas dos preços relativos dos cativos, descrevendo a dinâmica do comércio interno. Depois de seu estudo, ninguém mais poderia falar que os proprietários de escravos eram irracionais em suas decisões econômicas.

Seguiram-se outros estudos demográficos, transbordando numa série de debates nos anos oitenta. Uma das discussões mais ricas envolveu a tese de Roberto Martins, resumida num artigo publicado em co-autoria com Amílcar Martins, na qual sustentava que mesmo após o colapso da mineração, Minas Gerais continuou importando escravos, mantendo-se no século XIX como a província que tinha mais cativos no país. Sua tese central era que a maior parte dos escravos de Minas estava empregada na economia de subsistência e não no setor exportador. Vários estudiosos discordaram dessa última hipótese, argumentando que os cativos de Minas estavam vinculados à produção para o mercado interno e não à economia de subsistência. Do debate fizeram parte Robert Slenes, Ciro Cardoso, Douglas Libby, Iraci del Nero da Costa, entre outros. Ficou patente que a zona onde havia mais escravos estava ligada à economia exportadora, mesmo que indiretamente, fornecendo víveres e toda uma série de produtos consumidos na zona cafeeira, nas cidades, e no mercado interno como um todo. Apesar dessas críticas, a discussão deixou latente que o escravismo brasileiro não era necessariamente “dependente”, nem uma engrenagem dentro de um sistema de monocultura voltado para a exportação. A historiografia posterior ao debate passou a considerar que o escravismo tinha uma dinâmica própria, interna. Era brasileiro, e não apenas um resquício das distorções do antigo sistema colonial. A historiografia posterior, portanto, iria ter um instrumento a mais para considerar que a escravidão no Brasil oitocentista transbordara além do sistema econômico implantado no século XVI: tornara-se um “modo de vida”, permeando todos os contextos relacionais. As esferas de convivência estavam imersas no regime escravista.

O intercâmbio entre estudiosos brasileiros, norte-americanos e caribenhos foi intensificado com a consolidação das pós-graduações em História entre os anos 70 e 90. Estudos comparados deixaram de ser exceções e tornaram-se a regra. Trabalhos sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos passaram a se influenciar mutuamente. Além de clássicos como Eric Williams, Kenneth Stampp, Sidney Mintz e Eric Foner, os brasileiros começaram a devorar os livros de Eugene Genovese, Herbert Gutman, Richard Price, Orlando Patterson, Rebecca Scott, David Brion Davis, entre outros. Houve maior

preocupação em se estudar também a escravidão urbana, as religiões afro-brasileiras, as relações entre os escravos e a população livre pobre, a(s) cultura(s) negra(s). A Nova História Social transformou o cotidiano num tema válido para a investigação histórica. Os arquivos brasileiros começaram a ser revirados por mestrandos e doutorandos em busca de novas evidências sobre os mais variados temas, tornando os estudos sobre a escravidão praticamente um campo específico da História do Brasil. No momento em que escrevo este texto, devo confessar que considero praticamente impossível acompanhar toda a produção acadêmica relevante sobre o assunto.

Sob o ponto de vista puramente acadêmico, a passagem do centenário da abolição foi uma data marcante. Claro que não faltaram críticas ao legado de 1888 e à hipocrisia de uma celebração vazia. Mas a data serviu como gancho editorial para a publicação de inúmeros trabalhos sobre o assunto, entre os quais um precioso guia de fontes ainda hoje o melhor de que se dispõe. Entre 1987 e 1989 praticamente todas as revistas brasileiras especializadas em História, e outras tantas das Ciências Sociais, reservaram espaço para trabalhos sobre a escravidão no Brasil. Somadas ao que se publicou no exterior sobre o assunto por volta da mesma época, essas publicações ainda hoje são relevantes para quem quiser se aprofundar nos debates historiográficos sobre a escravidão e as relações raciais no país.

O resultado dessas pesquisas foi uma revisão nas décadas de 1980/90 das teses da década de 1970 sobre a resistência escrava. Nos anos 70, Zumbi era herói, mas herói trágico, fadado ao fracasso, junto com seus companheiros de classe e raça. Jacob Gorender, por exemplo, descrevia o escravismo como um sistema de dominação complexo, que triturava o escravo nos dentes de engrenagens contra as quais ele nada podia fazer, a não ser se matar ou fugir para depois ser pego novamente ou mesmo morto. Seria o desenvolvimento do capitalismo que acarretaria a superação do escravismo como modo de produção historicamente determinado. Esta posição não era compartilhada apenas por esta linha do marxismo, mas também por outras vertentes estruturalistas. Fernando Henrique Cardoso e outros membros da escola sociológica de São Paulo também percebiam o cativo como um ser praticamente impotente diante da enorme prisão que a história havia lhe reservado, reduzindo-o a um objeto, nunca um sujeito, ao contrário da burguesia nacional, do proletariado emergente, e da incipiente classe média considerados agentes capazes de mudar o mundo à sua volta.

Essas posições começaram a ser combatidas seriamente já na década de 1970, mas o salto maior ocorreria na década seguinte. Estudos como os de João José Reis, Eduardo Silva, Sidney Chalhoub e Silvia Lara, só para citar os mais influentes, também percebiam o escravismo como um sistema de dominação complexo, mas sem determinações infalíveis de uma instância sobre outra. De todos os trabalhos sobre resistência escrava nos anos 80, a obra de João José Reis seria a de maior influência. O estudo sobre a revolta dos malês abriu novas perspectivas analíticas ao abordar uma complexa rebelião negra a partir da perspectiva que os próprios cativos tinham do momento em que viviam, articulando a conduta dos rebeldes com o contexto político mais amplo. Daí em diante, o escravo tornara-se pessoa, agente da História. Esse trabalho consolidaria o eixo central de toda a historiografia posterior: o cativo deixou de ser enfocado apenas como um objeto da história, um ser submetido à forças econômicas, sociais e culturais contra as quais quase nada poderia fazer, passando a ser encarado como um sujeito histórico que atuava sobre a

realidade. Quando não era possível transformá-la, ele buscava alternativas, aparava arestas, abria espaços, influía nos contextos relacionais nos quais estava envolvido. Os cativos negociavam, transigiam quando necessário, mas também forçavam a barra sempre que possível, criando uma cultura própria. A resistência escrava ganhava assim enorme importância para superação do escravismo. Nos anos 80, a imensa maioria da literatura já considerava que era o próprio negro, e não o capitalismo, o principal agente da mudança. A transição para o trabalho livre só foi possível devido à sua luta. Os desdobramentos do capitalismo internacional e nacional tiveram enorme relevância para a superação histórica do escravismo, mas sem a resistência escrava praticamente nada teria acontecido.

Enraizada nessas bases teóricas, a historiografia dos anos 90 sobre resistência escrava tem dado enorme importância às transgressões cotidianas, aos pequenos atos de rebeldia, às fugas temporárias, aos furtos perpetrados pelos negros, aos derriços e algazarras, às alianças circunstanciais ou não com outros membros das camadas subordinadas, às festividades, a luta pela sobrevivência das tradições afro-brasileiras, as tentativas de preservação de arranjos familiares e demais grupos de convivência, enfim às expressões de humanidade dos cativos que sempre se repetiam por mais que os senhores tentassem reduzi-los à condição de coisas.

As grandes rebeliões também têm sido estudadas. A bem da verdade, nunca se trabalhou tanto com este assunto no Brasil. Só que agora busca-se entender a percepção que os escravos tinham do momento em que viviam, suas idéias e visão do mundo, elaboradas a partir de suas próprias experiências culturais. Assim, se antes se pensava que eles eram espectadores passivos de um jogo político maior, disputado por agentes dos mais altos estratos da hierarquia sócio-econômica, ou quando muito atores, mas atores inconscientes, atualmente assume-se claramente que eles não eram impotentes, indiferentes, muito menos ingênuos. Na realidade, interpretavam a política dentro de perspectivas próprias. Em vários momentos da nossa história, aproveitaram-se das divisões internas da classe dominante para fugirem, rebelarem-se ou tentarem conquistar direitos que em circunstâncias normais lhes seriam vedados. Vale ressaltar, que esses estudos buscam ainda entender melhor a complexa relação entre os escravos e as demais camadas subordinadas como um todo. Era dentre os pardos e negros livres e libertos que se tiravam muitos capitães do mato. Mas, era também nesse meio social que estavam os acoitadores de negros fujões, os homens que repassavam armas e farinha aos quilombolas, os militares que incitavam os pardos e negros contra os brancos durante os motins urbanos, os pais e as mães cujos cônjuges eram escravos, os intermediários em operações mercantis que ajudavam quilombos e negros fujões a sobreviverem.

Depois de falar tanto em avanços, revisões, novidades, temo ter expressado uma idéia excessivamente evolucionista da ciência. Embora seja um otimista, e muito, admito que infelizmente a Ciência Histórica também pode retroceder. O otimismo aqui se reduz à crença de que mais cedo ou mais tarde Galileu se provaria. Mas no correr de uma vida humana, de um mera geração acadêmica, há erros, estereótipos e anacronismos difíceis de evitar. Um dos problemas mais graves é o que Huizinga chamou de “antropomorfismo”,¹ o vício de se interpretar instituições (como a igreja, o Estado, eg.), e agentes de um universo macro-histórico (como a classe dominante, a raça negra, o Brasil, eg.) como se fossem pessoas, com vontades unívocas, desejos (rompantes até) e nascimento, maturidade e morte

como fases inescapáveis. Também acontece nos momentos de renovação e crítica aos paradigmas, que ciclicamente se repetem na aventura da ciência, haver aqueles que simplesmente decidem renunciar à teoria, caindo num empiricismo barato, chamado erroneamente por seus críticos de “positivismo” como se o positivismo clássico fosse assim tão simplista. Por fim, há os modismos cujo fascínio e facilidades são tentadores. Um deles, difícil de escapar quando se busca apreender o lado dos cativos em cada processo em particular, é ver em tudo resistência, oposição, firmeza de propósitos, quando muitas vezes o que as fontes indicam é muito pouco para se chegar a uma conclusão tão pronta. O heroísmo é sempre mais simpático do que o desespero, a apatia, a renegociação desvantajosa.

É justamente a renovação da crítica que permite uma permanente reavaliação e reaproveitamento dos clássicos. Há aspectos de obras do passado que se sustentam. Retomemos o autor mais combatido de todos: Gilberto Freyre. Seus erros foram imensos e agravados pela enorme ousadia que tinha. Ao abordar temas sobre os quais todos se calavam, só poderia andar em terreno incerto, prestes a se desmanchar sob seus pés. Freyre colaborou ativamente com a ditadura após 1964, e foi recompensado fartamente por isso, ganhando de presente imensos recursos para a Fundação Joaquim Nabuco, até hoje administrada por seu filho. Não apenas por causa dos seus equívocos, mas também devido às suas posições aristocráticas, Freyre terminou virando o espantalho de toda uma geração historiográfica. Ele praticamente não era lido nas Universidades. E quando se lia, era para mostrar seus erros e omissões, o racismo imanente a sua obra, a falta de rigor metodológico, o excessivo ensaísmo, a frouxidão com que transitava por períodos inteiramente diversos como se o tempo pudesse ser maleado na História como nos sonhos de um bêbado.

Mas uma vez morto, e finda a ditadura, Freyre foi anistiado pela academia. Agora o que conta é a sua imensa criatividade. Sua bem-vinda ousadia. Suas elaboradas descrições de cenas do cotidiano, eivadas de significados históricos. Suas reflexões abertas, livres, sobre os mais diversos assuntos. Se antes se criticava sua falta de rigor, agora se busca inspiração em suas soluções metodológicas, que lhe permitiram empregar fontes antes desdenhadas para elaborar etnografias do passado.

É uma deliciosa ironia que um dos papas da crítica a Freyre, o combatido “direitão” dos anos 70-80, é hoje presidente da república, e a nova *bête noire* da historiografia. Talvez eu devesse ser mais sério em ocasiões como esta. Mas freyrianamente: permitam-me uma ironia. Sinceramente me divirto ao ler trabalhos recentes nos quais, lá para as tantas, se faz uma profissão de fé típica deste fim de século. Se antes todo livro dizia logo na introdução que no Brasil não há democracia racial, agora é comum citar FHC como exemplo de um autor que erroneamente abordava o escravo apenas como um objeto e não como um sujeito da História. O que me diverte também é que essa abordagem da Escola Sociológica de São Paulo já era ultrapassada nos anos 80, e no entanto, naquela época, quando se pensava que FHC poderia ser uma alternativa de poder concreta à direita paulista, o meio acadêmico do mais rico Estado brasileiro não o criticava. Era uma postura política e não científica. Relevavam-se os erros do pensador pelas virtudes do político. Passados os anos, descobriu-se que sua vaidade era tão grande quanto a de Freyre, seu poder tornou-se imensamente maior, e sua criatividade reconhecidamente bastante inferior.

Apesar da existência de muitos livros relevantes, se fosse sucintamente dar um balanço atual da historiografia sobre a resistência escrava neste final de milênio, chamaria a atenção para os periódicos especializados. Nesse sentido, sob o ponto de vista puramente acadêmico, a passagem do centenário da Abolição, em 1988, foi uma data marcante. Claro que a visão sobre a Abolição em si foi extremamente crítica, mas a data serviu como um “gancho” editorial para a publicação de inúmeros trabalhos sobre o assunto, renovando a História do Brasil. Vale salientar que pelo menos duas revistas de categoria ainda hoje em dia praticamente só se dedicam a este assunto: a *Afro-Ásia* (UFBA) e a *Estudos Afro-Asiáticos* (Univ. Cândido Mendes, RJ). O maior problema todavia, continua sendo conhecer a produção historiográfica fora do eixo Rio-São Paulo. No Sudeste, os trabalhos de pós-graduação quase sempre são publicados, e embora nem sempre cheguem a outras partes do país, eventualmente podem ser adquiridos por quem viaja para algum evento qualquer. Muito mais difícil é conseguir teses e dissertações sobre os demais Estados. Trabalhos relevantes continuam inéditos e conhecidos apenas por um reduzido ciclo de pessoas. Seria bom se pudéssemos contar com mais coletâneas como a que foi organizada por João José Reis e Flávio Gomes *Liberdade por um Fio: História do Quilombo no Brasil*, na qual diversos autores revelam o estado atual dos estudos sobre os quilombos brasileiros.

Nesse final dos anos noventa, a historiografia passa por mais período de reformulação paradigmática, o que é comum em qualquer campo do conhecimento, afinal de contas como avançar sem estar sempre reavaliando e acrescentando ao que já foi feito? Alguns pontos em comum parecem preocupar a maioria dos autores. Entre eles está a reconstrução dos possíveis liames étnicos e familiares entre os escravos, e entre estes e a população não-branca como um todo. A resistência escrava não corre paralelamente ao resto da história. Pelo contrário, não há como estudar a própria história das elites sem referência às pressões exercidas de baixo para cima. Percebe-se claramente também uma forte influência da Antropologia nos estudos sobre resistência escrava. E mais, a partir da influência dos trabalhos sobre o tráfico de escravos, e sobre a História da África, existe a tendência a se pensar também as possíveis redes tecidas por escravos de diferentes regiões, levando notícias de rebeliões, estratégias de sobrevivência, colaborando com as fugas e quilombos. As novas pesquisas se sucedem com muita rapidez, permitindo, senão a construção de novas teorias abrangentes, ao menos uma seleção mais apurada das teses ditas tradicionais, recuperando o que é válido, deixando de lado sem grandes remorsos o que já não se sustenta em face das evidências empíricas disponíveis.

Nota Bibliográfica:

¹ HUIZINGA, J., “The Idea of History”, in Fritz Stern (Ed.), *The Varieties of History, from Voltaire to the Present*, Nova York, Vintage Books, 1973, pp. 293-294.

